

CAPÍTULO III

As Práticas Sociais de Linguagem na Construção de Saberes dos Sujeitos do Campo

Maria Jacione da Silva Freitas¹
Miranilde oliveira Neves²

*A leitura de mundo precede a
leitura da palavra*
PAULO FREIRE

O campo é um espaço no qual se dá a disputa. É um território de relação de poder, pois “Os campos são lugares de relações de forças, as quais implicam tendências imanentes e probabilidades objetivas. Um campo não se orienta totalmente ao acaso.” (BOURDIEU, 2002, p.27).

Pelo valor simbólico que representa, a noção de campo desenvolvida por Bourdieu, nos permite refletir sobre o espaço social da Educação do Campo, no qual os camponeses ao longo da história, têm presenciado essa relação de poder, com a presença de um estado “opressor”, o qual tem, historicamente, incentivado grandes projetos, que não beneficiam os camponeses, em especial, na Amazônia. Nesse sentido, a educação do campo é uma construção social e histórica, onde claramente são construídas as relações de poder. Assim, este

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Especialista em Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. E-mail: jacigeografia@outlook.com

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará. Doutora em Educação e professora no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. E-mail: miranilde.oliveira@ifpa.edu.br

trabalho pretende tecer algumas reflexões sobre as práticas sociais de linguagem na construção de saberes dos sujeitos do campo.

Nessa perspectiva, só conhece o chão da sala de aula camponesa da Amazônia paraense quem nele pisou. A Amazônia é uma região única no que tange aos seus aspectos ambientais, sociais e culturais. Nesse sentido, nós professores, que adentramos nas salas de aulas camponesas, mediamos processos da principal agência de letramento escolar – que é a escola.

Na sala de aula se aprende que nem sempre são suficientes livros e cadernos; algumas vezes, os estudantes precisam tocar na terra, para sentirem-se parte dela, molhar os pés nos igarapés para sentir a leveza da água. Esses aspectos nos ajudam a compreender que nós professores das escolas camponesas, temos uma grande responsabilidade com os estudantes do campo, dentre outras questões, no que se refere ao fortalecimento da leitura e escrita; mas não qualquer leitura e não qualquer escrita.

Essa escrita ela precisa ser contextualizada com a vida do camponês, que essa leitura, seja leitura de mundo; de tal forma que ambas dialoguem com as práticas sociais de linguagens.

A escola tem um papel de grande importância no desenvolvimento de um sujeito letrado. Nesse sentido, precisamos refletir que a construção de saberes não é qualquer construção; o saber é algo que deve ser construído nas relações sociais, na interação com os sujeitos. Mas afinal, o que ensinar ao estudante do campo?

Um ensino que respeite os seus saberes, para que ele não se desvincule do campo e/ou das suas culturas, da sua realidade. Arroyo (2004, p. 74) defende que os profissionais da educação precisam compreender os alunos: “como sujeitos de

história, de lutas, como sujeitos de intervenção, como alguém que constrói, que está participando de um projeto social, por isso que a escola tem que levar em conta a história de cada educando e das lutas do campo”.

Molina e Freitas ressaltam que “É relevante incorporar no trabalho pedagógico a materialidade da vida real dos educandos, a partir da qual se abre a possibilidade de ressignificar o conhecimento científico que, em si mesmo, já é produto de um trabalho coletivo”. (MOLINA e FREITAS, 2011, p. 26).

Indubitavelmente trabalhar com leitura e escrita, em uma aproximação intrínseca com o sujeito é algo extraordinário, pois partir do concreto para o abstrato é sempre muito mais proveitoso e prazeroso.

Nas últimas duas décadas, principalmente, têm surgido no Brasil, várias reflexões no que tange às competências de leitura e de escrita necessárias para a participação em práticas sociais letradas. Dentro desse contexto, o letramento torna-se um conceito de tema interdisciplinar do âmbito social, cognitivo e linguístico.

A partir de tais reflexões começa a aparecer esse termo em documentos norteadores da educação brasileira, como também por alguns teóricos brasileiros que têm se debruçado sobre o tema.

Magda Soares é uma das estudiosas sobre letramentos no Brasil e com algumas obras publicadas vem contribuindo grandemente para entendermos seus desdobramentos na sociedade brasileira. A autora explica que mesmo que a discussão sobre os letramentos tenha ocorrido em sociedades distanciadas com diferenças culturais, geográficas, e socioeconômicas, houve uma necessidade “de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as

práticas do ler e escrever resultantes da aprendizagem do sistema de escrita.” (SOARES, 2017, p. 30-31). Foi, portanto, nesse contexto, que “[...] em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil”.

O termo letramento pode ser considerado atual no campo da educação brasileira. Conforme Soares a criação do letramento, no Brasil, se deu por caminhos diferentes de outros países, como a França e os Estados Unidos, no Brasil a discussão sobre letramentos surge sempre enraizada no conceito de alfabetização, enquanto nos outros países, ela se diferencia desde a sua concepção.

Na busca para uma melhor compreensão das práticas sociais de letramentos, recorreu-se a Marcuschi (2010), o qual cita que as mudanças ocorridas, a partir da década de 1980, na forma de se conceber a linguagem, o sujeito e o texto levaram a novas maneiras de se perceber também as relações entre oralidade e letramento.

Partindo da visão de língua e texto como um conjunto de práticas sociais, Marcuschi (2010) defende que não é possível realizar investigações sobre a oralidade e os letramentos sem articulá-los a seus papéis na civilização contemporânea. Nesse sentido, não é possível estabelecer semelhanças e diferenças entre os contrapontos formais dessas práticas, ou seja, a fala e a escrita, sem associá-las a seus usos cotidianos.

Admitir que oralidade e letramento são práticas sociais de uso da língua implica acreditar que seu emprego nas atividades da sociedade é uma característica essencial dessas práticas. Necessitamos, assim, tomar os usos da língua como primordiais em seu estudo. “Uma vez adotada a posição de que lidamos com práticas de letramentos e oralidade, será

fundamental considerar que as línguas se fundam em usos e não o contrário”. (MARCUSCHI, 2010 p. 16).

Ao discorrer sobre as relações entre oralidade/letramento e fala/escrita Marcuschi (2010, p. 16,17) ressalta que:

Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento é mais do que uma tecnologia. Ela se tornou um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural.

Mediante essa reflexão apresentada pelo autor, considera-se a importância de trazer situações reais de uso da leitura e escrita para dentro do ambiente escolar. O papel eficaz desse letramento precisa desenvolver nos estudantes, diversas habilidades nos usos sociais da leitura e da escrita.

Marcuschi (2010, p. 18) ressalta que práticas sociais “determinam o lugar, o papel e o grau de relevância da oralidade e das práticas de letramento numa sociedade, e justificam que a questão da relação entre ambos seja posta no eixo contínuo sócio-histórica de práticas”. Dessa maneira, a fala e a escrita possuem características particulares que as configuram como manifestações textuais-discursivas de modalidades distintas e podendo englobar aspectos comunicativos e discursivos.

Marcuschi destaca alguns aspectos interessantes de observar na relação da língua falada e da língua escrita. Saliência que a língua, tanto falada quanto escrita, “reflete, em boa medida, a organização da sociedade” (MARCUSCHI, 2010, p. 35,). Isso se dá devido às relações entre a língua e as representações sociais; é por meio da língua que os seres humanos podem constituir e firmar crenças e pontos de vista sobre os variados acontecimentos do mundo. Assim, junto

à cultura, o que torna o ser humano mais peculiar dentre os demais seres vivos é “o fato de ele dispor de uma linguagem simbólica articulada que é muito mais do que um sistema de classificação” (MARCUSCHI, 2010, p. 35).

Schneuwly e Dolz (1999, p. 6) afirmam que “as práticas de linguagem implicam dimensões, por vezes, sociais, cognitivas e linguísticas do funcionamento da linguagem numa situação de comunicação particular”.

A partir desse conceito apresentado por Schneuwly e Dolz (1999), procura-se aqui entender o papel que essas práticas sociais de linguagens podem exercer na aprendizagem dos estudantes do campo, uma vez que esses sujeitos têm direito a uma educação pensada, desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais; sendo assim, é necessário que as práticas sociais de linguagens possam contribuir na construção dos saberes deles. Assim, o(a) educador(a) do campo, precisa desenvolver no estudante a autonomia e criticidade nas diferentes esferas sociais em que transita.

Para Schneuwly e Dolz (1999, p. 6) de uma forma mais concreta, “uma ação de linguagem consiste em produzir, compreender, interpretar e/ou memorizar um conjunto organizado de enunciados orais ou escritos”. Nesta perspectiva, entende-se que as ações de linguagens devem ser minuciosamente planejadas, com o objetivo de proporcionar uma aprendizagem significativa aos estudantes do campo, contribuindo para que possam refletir criticamente sobre sua realidade, sendo capazes de produzir e compreender melhor sua realidade a partir da escrita e da oralidade.

Schneuwly e Dolz (1999, p. 6) contribuem ainda para o melhor entendimento, quando afirmam que “a relação dos

atores com as práticas de linguagem também varia e a distância que pode separá-los ou, ao contrário, aproximá-los tem efeitos importantes nos processos de apropriação”. Acrescentam ainda que “Estudar o funcionamento da linguagem como práticas sociais significa, então, analisar as diferenciações e varrições, em função de sistemas de categorizações sociais à disposição dos sujeitos observados”.

Os autores, ao explicarem a relação dos atores sociais com as práticas de linguagem, relatam que determinados atores podem ficar mais próximos ou mais distantes dessa linguagem, tal pensamento contribui, quando se pensa nessa aplicação de práticas de linguagem aos estudantes do campo, pois quando esses sujeitos têm valores, costumes, tradições valorizados na escola, certamente, sentem-se mais próximos das diversas formas de linguagens, mas quando esse processo é inverso, cria-se um distanciamento gigantesco entre os estudante e as práticas de linguagem.

O professor que atua com os estudantes do campo tem esse desafio de fazer com que as práticas sociais de linguagens possam, de fato, estar a serviço dos sujeitos da escola, ao contrário, haverá um reforço das desigualdades sociais estabelecidas no campo.

Kleiman (2008) apresenta o estudo do letramento como o “estudo das práticas relacionadas com a escrita em toda atividade da vida social” (Kleiman 2008, p.489), assim, a pesquisadora mostra que não é uma prática que acontece somente na escola, fazendo parte do cotidiano do estudante, perpassando pelo campo da educação em suas múltiplas possibilidades, mas a ação de letrar se concretiza de fato no lugar que o sujeito está inserido.

Para Rojo (2009), um dos principais objetivos da escola é

“possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida *do campo*, de maneira ética, crítica e democrática”. (ROJO, 2009, p. 107). (*Grifo das autoras*)

“Os Estudos do Letramento defendem uma concepção pluralista e multicultural das práticas de uso da língua escrita”. (KLEIMAN, 2008, p.490), a escritora acrescenta ainda que “os saberes necessários para usar a escrita são de fato muitos e diversificados, e ainda mais são aqueles necessários para ensinar esse fazer”. [...], (KLEIMAN 2008, p.491-492).

Nesse contexto, Rojo (2009) em conexão com as ideias de Kleiman (2008) enfatiza que o trabalho com os letramentos múltiplos significa deixar de “ignorar ou apagar os letramentos das culturas locais de seus agentes (professores, alunos, comunidade escolar) e colocando-os em contato com os letramentos valorizados, universais e institucionais” (ROJO, 2009, p. 107).

É sabido que os educadores do campo têm vivenciado diversos desafios no que tange a construção de leitura e escrita através de atividades agradáveis e prazerosas. Nessa perspectiva, buscar novos caminhos e novas posturas de trabalho para e com os estudantes do campo tem sido uma das metas essenciais do educador do campo; pois o educador tem o desafio de criar situações didáticas em que seus educandos sintam parte do processo educativo.

Dessa forma, entendemos a aprendizagem da leitura e da escrita como um processo dinâmico, por isso deve ser levado em consideração ao uso social (letramentos).

Acreditamos que cada contexto possui suas particularidades e no campo é que as relações sociais são construídas; assim é possível, e necessário, utilizar diversas atividades com

competência, para que a linguagem e a escrita cumpram sua função social; de forma que possamos estar introduzindo os educandos no mundo letrado.

Não há receitas prontas de como fortalecer a leitura e escrita com usos sociais de linguagens, no entanto pretendemos socializar algumas dicas práticas de intervenções para as salas de aulas camponesas, no intuito de levar o educando a avançar no seu processo de construção de conhecimento. Assim, apresentamos algumas propostas de ações pedagógicas para a intervenção na realidade dos educandos camponeses nas práticas sociais de linguagens vejamos:

Correio camponês: Em um espaço da sala cria-se um ambiente denominado de correio, pode ser uma caixa de papelão decorada ou outro objeto qualquer. Os estudantes serão incentivados a escreverem cartas ou bilhetes para as pessoas que desejarem, no entanto, uma vez por semana serão motivados a escreverem cartas relatando os problemas de sua comunidade; e destinatarem as autoridades competentes; solicitando que tais problemas sejam resolvidos, como por exemplo, o reparo de estradas; troca de lâmpadas nos postes de energia; reformas da escola etc.

Nesta atividade sugerida, a escrita acontece como prática social, pois nela há situações dialógicas e isso é de um enorme valor.

Roda de conversa camponesa: Espaço para a valorização da cultura negra, indígena, dos povos das águas e das florestas; a roda de conversa é um momento oportuno para trabalhar a identidade do sujeito camponês, fazendo registros dessa roda de conversa, que dependendo da faixa etária que o educando

se encontra, o professor poderá formalizar essa roda nos mais diversos materiais escritos, um deles é a produção da biografia dos estudantes camponeses, valorizar esses sujeitos como construtores de suas histórias, oportuniza os mesmos a não terem vergonha de assumir sua identidade camponesa.

MIYASHIRO (2016) observa que a “A oralidade é uma realidade muito presente na família, na escola e na sociedade brasileira”. (MIYASHIRO 2016, p.8), conforme colocado pela pesquisadora a oralidade tem uma importância muito grande para os sujeitos, por isso afirmamos que ela deve ser bem trabalhada em sala de aula.

Clube de leituras camponesas: Apresentamos como outra boa estratégia para se desenvolver as estratégias de leitura, a partir da valorização da diversidade textual, estimulando os estudantes a conhecerem seus usos e suas funções sociais. poemas, lendas, letras de músicas regionais e locais, cantigas de rodas, dentre outros gêneros.

Miyashiro (2016) contribui dizendo que:

A escola, além de procurar conhecer a cultura dos alunos, suas histórias de vida, possa incentivar a prática da pesquisa pelos alunos e junto com eles realizar coleta de dados sobre depoimento oral de pessoas da família ou da comunidade que valorize as histórias e que possa construir um mapeamento cultural local, na busca de fortalecer a autoestima e identidade dos envolvidos neste processo. (MIYASHIRO, 2016, p.10).

Nesse sentido, a escola tem essa função estimuladora, de forma que esses estudantes sintam motivados a protagonizar a partir desses estímulos ofertados a eles.

Vivências camponesas: Apresenta-se como uma metodologia importante de ser trabalhada de forma prática com os estudantes, enfatizando o desenvolvimento sustentável, incentivando os estudantes a interagir com o meio em que vivem de forma que escrevam sobre a agricultura de sua comunidade e de como preservar essa riqueza natural.

A riqueza dessa atividade está na possibilidade de trabalhar com textos regionais, dando ênfase em autores regionais e locais, de forma que o estudante possa se vê nessa leitura, isso é muito importante; exemplificando uma atividade de leitura aqui na Amazônia com a letra de música do carimbó, que é uma música local e popular, há várias possibilidades de dialogar diretamente com o cotidiano do estudante, contribuindo para grandes reflexões sociais, contribuindo para serem leitores críticos.

É evidente a riqueza da letra da música de carimbó abaixo; ela dialoga com a realidade dos estudantes camponeses amazônicos. Assim, o educador de qualquer região poderá também utilizar suas letras de músicas como possibilidades reais de trabalhar letramentos e valorizar as vivências camponesas.

*Rala, rala a mandioca,
Espreme no tipiti
Separa na taipoca
Apara o tucupi.
Prepara o meu tacá
Gostoso como o açai. (Pinduca)*

Esses tipos de leituras que partem da vivência são muito prazerosas, porque abre infinitas possibilidades de discussões, que podem nascer no chão da sala de aula, perpassar

pela casa de forno, e ganhar proporções imagináveis nesse universo camponês.

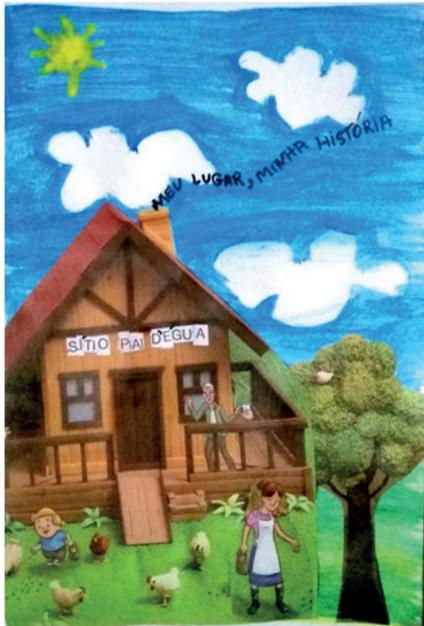
Escritas camponesas: Essa proposta de escrita camponesa é muito valiosa, pois é uma oportunidade do educador incentivar seus estudantes a escreverem suas memórias, além de incentivar as práticas sociais de linguagens, desperta o protagonismo dos estudantes, mostrando que suas histórias são tão importantes quanto as escritas no livro didático.

“O compartilhamento dos valores culturais como tradição, história dos povos é um dos critérios importantes para a manutenção dos grupos sociais [...]. (MIYASHIRO 2016, p.8). Assim uma sugestão aqui indicada para a escrita camponesa como gênero textual no ambiente escolar é a construção de fanzine.

O fanzine é um instrumento importante na aquisição de saberes e na construção de leitores e cidadãos críticos. Ele é uma ferramenta que pode auxiliar na aprendizagem e melhora até de certa forma o desenvolvimento em outros aspectos no cotidiano dos estudantes.

Segue abaixo a imagem da capa de um fanzine, ressaltamos que os materiais utilizados para a confecção desse fanzine foram recortes de livros usados, cola, caneta porosa, tesoura, tinta guache e papel A4, mas há outros modelos mais simples, dependerá da imaginação dos estudantes.

Ilustração e fotografia



Jacione Freitas (2021)

Além das ações citadas, podemos perceber que há diversas outras possibilidades que podem auxiliar o educador do campo, na execução de atividades como essas propostas por nós.

Está claro que a nossa tarefa enquanto educadores do campo, não é apenas ensinar a ler e a escrever, mas é, sobretudo, levar os indivíduos a se envolverem em práticas sociais de leitura e escrita.

Acreditamos que atividades como essas propostas ajudam na construção de aprendizagens significativas, devido ao fato de estimularem o protagonismo do estudante, elemento importantíssimo para esse processo de ensino e aprendizagem do estudante.

Salientamos ainda que, diante da diversidade de práticas sociais, esse trabalho propôs não somente ficar no campo teórico, mas apresentar algumas dicas de intervenção pedagógica, esse elemento para nós é central, pois não basta só teoria, é necessário experimentar se essa teoria aplicada serve mesmo para o que estamos propondo.

Espera-se que este texto possa contribuir para as práticas pedagógicas na educação básica. Então, professor, agora é sua vez de colocar em prática ações de letramentos em sua sala de aula; lembre-se de que essas ações devem ser planejadas, executadas e avaliadas e não se pode esquecer de registrar e compartilhar essa experiência com outros educadores do campo; afinal, em todas as regiões tem-se muitos elementos que precisam ser explorados e compartilhados pelos estudantes.

Referências

ARROYO. M. G.; CALDART. R. S. e MOLINA. M. **Por uma educação do campo.** (Org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BOURDIEL, Pierre. **Os usos sociais da ciência.** Por uma Sociologia Clínica do Campo Científico. São Paulo: Editora Unesp.2002

DOLZ, Joaquim; SCHNEUWLY, Bernard. **Os gêneros escolares: das práticas de linguagem aos objetos de ensino.** Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n°11, p.5-16, maio-ago. 1999.

KLEIMAN, Angela B. **Os estudos de letramento e a formação do professor de língua materna*** Linguagem em (Dis)curso – LemD, v. 8, n. 3, p. 487-517, set./dez. 2008.

MARCUSCHI, L.A **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

MIYASHIRO, Shirlei Fernandes de Oliveira. **Lendas e Mitos no ensino fundamental**. Disponível em: <file:///C:/Users/Microsoft/Documents/TCC/lendas/Lenda-seMitosnoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 12 de Maio de 2021.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. **Em Aberto**, Brasília, v. 24, n. 85, p., abr. 2011.

PINDUCA. **Letra de música *Garota do tacacá***. Disponível em: <tps://www.lettras.mus.br/pinduca/551413/h>. Acesso em 12 de maio de 2021.

ROJO, Roxane **Letramento múltiplos, escola e inclusão Social**. São Paulo, Parábola 2009.

SOARES, Magda, **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2017.